

**UM DEFEITO DE COR E PONCIÁ VICÊNCIO:
DUAS FORMAS DE SE APRESENTAR O NEGRO
E O SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Aparecida Gomes Oliveira (UEMG)

apagoliver@gmail.com

Lídia Maria Alves Nazaré (UEMG)

lidianazare@hotmail.com

Fabrcia Santos Miguel (UEMG)

fabriaciacarangola@yahoo.com.br

Murilo Américo da Silva (UEMG)

muriloamerico@gmail.com

RESUMO

O presente artigo está desenvolvido em torno do eixo temático análise e crítica literária, proposto pelo CiFEFiL (Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos), 2016. O referido é produto de um projeto maior, desenvolvido no *campus* da UEMG (Unidade de Carangola), ao longo do ano em curso, 2016, intitulado “Poéticas da modernidade: um olhar para a diferença”, orientado pela professora Dra. Lídia Maria Nazaré Alves e coordenado pelo professor Msc. Alexandre H. C. Bittencourt. No artigo objetivou-se a análise comparativa entre duas obras da Literatura brasileira, escritas por autoras afrodescendentes, a saber: *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, a fim de se observar ideologias convergentes e divergentes na representação social do negro. A pesquisa foi iluminada por teóricos que já trataram e tratam de temas afins, tais como: Alves (2009), Auad (2002-2003), Bakhtin (1997), Barreto (1997), Fanon (2008), Gomes (2005), Lopes (1988), Magalhães (2012), Nicola (1998). No final da pesquisa, concluiu-se que apesar de ambas as obras apresentarem o negro como ponto central, a forma de representação e visão divergem em muitos pontos, bem como convergem em outros. A análise das obras resultou na percepção e compreensão mais acurada da função social do negro no Brasil, muito marcada pelo preconceito, e de como este ser marginalizado tem criado estratégias para desconstruir e reconstruir a referida função.

Palavras-chave: Negro. Alteridade. Identidade. Mulher. Escravidão. Liberdade.

1. Introdução

No que tange ao espaço do afrodescendente na sociedade brasileira, muito se tem falado sobre o assunto, todavia cumpre-se salientar trabalhos como o de Júlia da Motta Salles Carvalho Lopes (1988), Silva & Laranjeira (2007), Frantz Fanon, (2008) e Lídia Maria Nazaré Alves (2009). Todos desenvolveram temáticas em torno da representação do referido.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Nesses termos, partindo das obras *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo e *Um Defeito de Cor* de Ana Maria Gonçalves, criou-se para este trabalho o seguinte problema: Quais aspectos tornam comuns as personagens Kehinde e Ponciá Vicêncio e o que as diferencia? É possível fazer uma comparação ente elas, uma vez que a primeira viveu no período em que a escravidão era lícita e a outra no período em que a mesma era ilícita? O trabalho é relevante para o curso de letras, porque é essencial, aos seus pares, procurar compreender o ser humano, nos âmbitos reais e fictícios - esses que os reproduzem -, o mais possível: quais as intenções que motivaram e determinaram suas atitudes, quais ideologias atravessam a construção de suas identidades e aparecem manifestadas no corpus textual. Tentar compreender o negro em sua amplitude é tentar compreender a nós mesmos, conhecer nossa própria origem, fator determinante na construção da nossa identidade. A relevância deste artigo para a sociedade consiste em se saber que tentar conhecer o negro é uma manifestação de respeito e ao mesmo tempo de reconhecimento e valoração diante de seu papel na construção cultural, social e econômica da pátria brasileira. Objetiva-se, então, adentrar o espaço literário, a fim de se refletir sobre especificidades e influências africanas na cultura, nas crenças e costumes que formaram e formam a sociedade brasileira, bem como as influências da sociedade sobre o negro. Fatores que determinam a construção da sua identidade, dentro desta mesma sociedade, permitindo, assim, uma avaliação quanto ao papel de ambas as culturas, na construção da alteridade mútua. A fim de encaminhar melhor a proposta, foram escolhidos cinco teóricos que versam sobre o assunto: Júlia da Motta Salles Carvalho Lopes (1988), Maria Nilza da Silva e Pires Laranjeira (2007), Frantz Fanon (2008) e Lídia Maria Nazaré Alves (2009). Quanto à metodologia, o trabalho é de cunho bibliográfico, comparativo, com aplicação no *corpus* textual específico das obras *Ponciá Vicêncio* e *Um Defeito de Cor* das autoras supracitadas.

2. *Revisão bibliográfica*

Júlia da Motta Salles Carvalho Lopes (1988) desenvolveu, pelo Colégio Marista Dom Silvério, um estudo para identificar as raízes do preconceito contra o negro no Brasil, neste ela aborda a ideologia do branqueamento. A autora mostra que a sociedade brasileira não estava disposta a conviver com o negro pacificamente, pelo contrário, sempre houve a presença de uma rejeição muito grande direcionada ao afrodescendente, que de certa forma foi assimilada pelo próprio negro que pas-

sou a ver no embranquecimento a única maneira de penetrar no “lado bom”, assim entre aspas, da sociedade. Essa ideologia eurocêntrica do branqueamento reporta-nos a um estudo bastante citado em artigos sobre afrodescendentes e negros, trata-se de um estudo realizado por Frantz Fanon. Segundo estudos de Lewis R. Gordon, que prefaciou o livro “Pele negra, máscaras brancas” (FANON, 2008, p. 11) Frantz Fanon nasceu na Ilha de Martinica, França, em 20 de julho de 1925 e faleceu de pneumonia em 06 de dezembro de 1961, em Bethesda, estado de Maryland, nos Estados Unidos (FANON, 2008, p. 11-12). Foi psiquiatra, filósofo, mas fundamentalmente revolucionário marxista, anticolonialista. Dividiu a sua curta vida entre a militância independentista, sobretudo na Argélia e a teoria crítica comunista e pós-colonial. Negro, descendente de escravos africanos, Frantz Fanon cresceu no seio de uma classe média ascendente, o que lhe permitiu prosseguir seus estudos. No livro “Pele negra, máscaras brancas”, Frantz Fanon (2008) desenvolve um acurado estudo sobre a trajetória histórica do negro no contexto em que viveu, tendo lutado junto às forças de resistência no norte da África e na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, mais tarde como afirma Lewis R. Gordon “tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, entrando assim, na lista de cidadãos procurados pela polícia em todo território francês. Todo o resto de sua vida foi dedicado a esta batalha” (FANON, 2008, p. 12). No livro supracitado, Frantz Fanon (2008) aborda a questão da ideologia do embranquecimento na Europa, afirma que o negro vive um conflito de identidade, por não possuir um passado do qual possa se orgulhar, fica totalmente perdido, sem identidade alguma, já que a sua foi eliminada pelo período da escravidão e a identidade do branco lhe foi negada, sentindo-se assim, sem lugar no mundo. Essa condição o leva a optar por querer embranquecer e viver como os brancos, pois quer usufruir dos privilégios que os brancos possuem.

Silva e Laranjeira (2007), em seu artigo “do problema da raça às políticas de ação afirmativa”, explicam que essa ideologia, a racial, teve fundamento científico no século XIX, “a ciência justificou e norteou o comportamento racista, difundindo ideias como a necessidade de proteção contra o contágio das raças consideradas inferiores” (SILVA & LARANJEIRA, 2007). Segundo os autores, o Brasil já vivenciava o processo de mestiçagem, uma preocupação para aqueles que pensavam dessa forma. Dentre os quais se encontravam políticos, médicos, bacharéis, pessoas que exerciam influência nos destinos da nação. A solução encontrada por eles foi promover uma política de embranquecimento. A mestiçagem “era considerada como um problema nacional capaz de retardar o

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

desenvolvimento do país” (SILVA & LARANJEIRA, 2007). Silva e Laranjeira citam uma previsão feita pelo antropólogo Roquete Pinto que previa que em 2012, “o país não teria mais nenhum negro e nenhum índio. A população seria predominantemente branca, representando 80% e os mestiços seriam apenas 20%”. O branqueamento, continuam, seria “a solução para o Brasil” (SILVA & LARANJEIRA, 2007).

Distantes geograficamente e próximos ideologicamente Silva e Laranjeira concordam com Frantz Fanon (2008), quando este diz que o complexo de inferioridade vivenciado pelo negro tem sua causa em um duplo processo “(...) inicialmente econômico, em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2008, p. 28). Frantz Fanon (2008) acrescenta que ao assumir esse sentimento de inferioridade, o negro perde a motivação de assumir sua negritude. Apesar de se sentir inferior, seu desejo é justamente o oposto. Ele vive uma revolta muda que se manifesta na negação de sua cultura, admiração e obsessão pela cultura dominante. Se “ser” negro significa viver por baixo, humilhado, ele abre mão de si para ser o outro que o repugna, que o humilha. Percebe-se que “a civilização branca, a cultura europeia, impôs ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p. 30). Uma das características do colonizador europeu, apontada por Frantz Fanon, é a arbitrariedade, ele procura eliminar de todas as formas quaisquer manifestações culturais do povo colonizado, com o fim de minar as forças e enfraquecer aquele sobre quem deseja exercer completo domínio. Com isso destrói toda uma cultura e impõe sobre os escravizados a sua própria cultura, juntamente com a visão de que a sua é melhor, mais forte e soberana.

Vimos proximidade entre as ideias de Frantz Fanon e de Júlia Motta. Ela também concorda com o fato de que o complexo de inferioridade do negro tem sua causa em um duplo processo, inicialmente econômico. Percebe-se isso quando ela diz que os negros do Brasil vivem em “bairros periféricos e favelas” além de serem os que possuem “baixa renda”, diz, ainda que os mesmos são “operários, subempregados e desempregados. A grande maioria de negros brasileiros pertence às camadas pobres e paupérrimas de nossa população”. (LOPES, 1988)

Júlia Motta (1988) e Frantz Fanon (2008) falam também sobre o preconceito. Para Frantz Fanon o preconceito já começa na forma do europeu se dirigir ao negro, modificando a linguagem, como a dizer que o negro não é inteligente o suficiente para compreender a sua linguagem, usam mímicas, sussurram, aparentando gentilezas falsas. E isso acontece

em todos os lugares (FANON, 2008, p. 44). Júlia Motta (1988), conhecedora da realidade brasileira, vai mais além ao afirmar que o preconceito e a discriminação existem de fato. Isso pode ser comprovado nas muitas expressões e ditados populares que utilizamos, nos quais predominam a imagem do negro como inferior. Ela exemplifica com a retomada de termos como “ovelha negra da família” chavão onde palavra negra aparece como sinônima de má; “ele fez um serviço de preto”, dentre outros. Desta forma, continua “estamos afirmando que serviço malfeito é coisa de negro” e, portanto, “identifica o negro como incapaz e preguiçoso, ao contrário, quando nos referimos a algo bem feito, falamos em serviço de branco” (LOPES, 1988). Segundo a autora as crianças crescem ouvindo, repetindo essas expressões, ditados populares, piadas, canções e vão assimilando as ideias que elas contêm. Assim o preconceito entra de forma tão sutil e natural que não é percebido como tal. Ao ouvir constantemente expressões que depreciam sua aparência, a criança negra vai criando uma visão negativa de si mesma, vai percebendo as dificuldades de ser negra numa sociedade dominada pelos brancos e sente isso no seu dia-a-dia. Assimila que “bom é ser branco”, por isso procura embranquecer-se, alisando o cabelo ou procurando mais tarde, casamento com pessoas mais claras. Ou seja, o racismo penetra na própria pessoa discriminada que procura negar sua negritude.

Para o povo colonizado a busca por uma identidade é a busca por sua alteridade, condição esta anulada pelas ideologias do colonizador.

Frantz Fanon (2008, p. 58) acrescenta que a mulher negra é motivada por um ideal: conseguir arrumar um homem branco. Pensa que um relacionamento com um branco vai amenizar o sentimento de inferioridade que as atormenta. Ao conquistarem o olhar, a atenção de um homem branco, ou melhor, se conseguirem gerar um filho dessa relação, este não será negro, mas quase um branco. No fundo ela quer se tornar branca através de um filho mestiço.

Júlia da Motta Salles Carvalho Lopes (1988) afirma que uma das raízes do preconceito racial no Brasil é o fato de que aqui, a escravidão foi associada à cor negra. Alguns chegavam a dizer que os negros eram “filhos do maldito” e constituíam uma raça de condenados, cuja salvação estava em servir ao branco com paciência e devoção.

Lídia Maria Nazaré Alves (2009) em seus estudos discorre sobre as consequências advindas ao povo colonizado, mais especificamente aos índios brasileiros, pelo colonizador europeu, o que confirma a fala de

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Frantz Fanon. O colonizador impôs junto com sua língua, toda uma cultura, menosprezando assim os conhecimentos e vivência dos povos colonizados, brasileiros e africanos. O estudo de Lídia Alves (2009) nos interessa porque a autora aborda a questão do colonizador/colonizado, também apontada por Frantz Fanon, como uma das causas das dificuldades enfrentadas pelo negro na construção de sua alteridade. Lídia M. N. Alves (2009) reflete “sobre a vivência simbólica que cimentou a ideologia do colonizador europeu no novo mundo” (ALVES, 2009, p. 17), usando como pretexto o desejo de propagar o cristianismo, conseguindo impor sua língua e sua cultura. Segundo a autora, uma dupla transgressão. Pode-se fazer um paralelo com o povo africano na fala da autora, povo que experimentou, como o povo indígena, “o sentimento de perdição” (ALVES, 2009) de suas referências, de suas tradições. A autora vai mais além ao afirmar que os europeus se utilizaram da palavra de Deus para oprimirem e escravizarem, ou seja, eles mesmos demonstraram em seus atos a desobediência àquilo que ensinavam. Cabe aqui um provérbio popular que diz “façam o que eu falo, mas não façam o que eu faço”. Eles disseram para não tomarem o nome de Deus em vão e o tomaram, pois fizeram atrocidades em nome de um “deus” que se dizia amoroso. Como a própria autora diz:

Doravante, toda a história do Brasil com seus sistemas de representação ideológicos, dentre os quais se encontra a estética literária estava marcada por esta imposição. Já que viria escrita, organizada e compreendida a partir destes novos bens culturais. Manter esta dependência cultural significa manter aberta a ferida, cultivar o estigma, civilizar o ímpeto e conter a indignação. Significa ainda salientar a nossa cultura, que tenderia ao desaparecimento por analogia, e traços da nossa identidade, ligados aos elementos naturais da terra. Civilizar-nos a partir do ponto de vista do colonizador é um ato de resignação. Ele nos torna colonizáveis para os próximos exploradores. (ALVES, 2009, p. 20)

Lídia Maria Nazaré Alves (2009) aponta como uma estratégia de descolonização o ato de deixar fluir com força elementos da linguagem do colonizado dando vazão, expressão e valor aos elementos linguísticos próprios da cultura do povo colonizado. Segundo Lídia Maria Nazaré Alves, “essa presença insistente, evidenciada mais na oralidade é o eco daquela língua original do autóctone, que veio se perdendo ao longo do processo de colonização”. Essa característica pode ser percebida na escrita de Conceição Evaristo.

A solução apontada por Frantz Fanon (2008) é o negro construir uma nova consciência de si mesmo, uma nova visão na qual ele seja seu próprio criador, o protagonista de sua própria história, que se dê ao direito de cometer erros, de acertar, de viver o processo da reinvenção de si

mesmo. É preciso que a sociedade ofereça ao negro uma nova possibilidade de existir. Isso de que o negro não possui passado é história de branco para dominá-lo. O negro precisa conhecer a história de seus ancestrais e buscar neles a base para a construção de si mesmo, buscar na ancestralidade o elo perdido, ou melhor, o elo roubado pelos europeus.

Júlia da Motta Salles Carvalho Lopes (1988) ressalta que os negros devem se conscientizar sobre a discriminação, reconhecer o valor de sua raça e lutar pelo direito de serem negros, por uma sociedade que aceite a negritude como algo natural e bom.

Silva e Laranjeira afirmam que “a sociedade brasileira ainda não conseguiu ver o negro como pessoa com igualdade de direitos e deveres” (SILVA & LARANJEIRA, 2008). É neste contexto que surgem as políticas de ação afirmativa, uma resposta à constatação do fato de que “as desigualdades sociais e o persistente racismo determinam o destino de grande parte da população brasileira, a negra” (SILVA & LARANJEIRA, 2008)

Os autores apontam que a implantação das políticas de ação afirmativa tem encontrado espaço, uma tímida expansão, mas já é um começo, um avanço na busca de solucionar o grande problema da falta de oportunidades para a população negra.

Lídia Maria Nazaré Alves (2009) aponta um novo caminho: a linguagem como instrumento de afirmação da identidade do povo colonizado, pois apesar do colonizador aniquilar a cultura do povo colonizado, não se pode negar que a existência de uma “presença insistente, evidenciada mais na oralidade é o eco daquela língua original do autóctone, que veio se perdendo ao longo do processo de colonização” (ALVES, 2009, p. 21). Fazendo um paralelo da história do índio brasileiro com a história do negro, percebe-se que ambos foram colonizados pelos europeus, tiveram suas culturas e tradições aniquiladas por eles e ambos perderam sua identidade primeira. Apesar de todo esforço para eliminar a cultura do povo colonizado, pode-se ver que a tradição é mais forte que a opressão, pois sobreviveu ao tempo, à escravidão e se manifesta no meio da sociedade pela oralidade, costumes, músicas e rituais. Lídia Maria Nazaré Alves (2009) então sugere “lutar para fazê-los surgir em nossa linguagem, tanto através do texto literário, quanto através do texto crítico é uma forma de fazer justiça aos nossos antepassados e presentear a posteridade com uma linguagem mestiça”, linguagem segundo a qual é possível se

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

“pensar o pensamento”: única forma de garantir a libertação do homem”. (ALVES, 2009, p. 21)

Os estudos desenvolvidos por Lídia Maria Nazaré Alves (2009) e demais teóricos aqui citados vão contribuir para a compreensão da representação e configuração das personagens Kehinde e Ponciá. Ambas vivem conflitos e dilemas que afligem a população negra. É por isso que este artigo propõe uma análise comparativa das personagens principais das obras: *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo e *Um Defeito de Cor* de Ana Maria Gonçalves. Ambas são afrodescendentes e assumiram sua negritude em todas as suas manifestações. A análise se refere às características psicológicas e comportamentais das personagens protagonistas. A escrita de Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves, apesar de divergirem em determinados pontos, acabam se encontrando no meio do caminho, na encruzilhada do preconceito, da exclusão, do sofrimento e da dor de ter tido sua identidade roubada. Ambas promovem a libertação por parte do negro do estereótipo que lhe foi imposto pela sociedade e contribuem para a construção de um novo olhar, uma nova concepção com relação ao afrodescendente. Nessa análise é possível perceber que as atitudes das personagens são diferentes, pois são realizadas por motivações e circunstâncias adversas, mas em outros momentos elas se tornam uma na fé, na luta, no anseio por liberdade, por espaço social. Moveremos por um instante o nosso olhar para as autoras, em seguida faremos uma análise individual das personagens, depois apontaremos os pontos comuns e incomuns e por fim a parte conclusiva.

3. Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo

Ana Maria Gonçalves nasceu em Ibiá, Minas Gerais, em 1970. Abandonou a publicidade para se dedicar à Literatura, e publicou o romance *Ao lado da margem do que sentes por mim*. Segundo Millôr Fernandes, que prefaciou a presente obra Ana Maria “é” mineira, de boa e segura família mineira, aquela que sempre é “capaz de criar aventureiros limpos”. Ana já morou em São Paulo, mas “é” mineira. Viveu também em Salvador, mas “é” mineira. “Hoje aí pelos trinta anos é uma mulher extremamente moderna, mas continua mineira. E convenho(!) lembrar: “Mineiro nunca é o que parece, sobretudo quando parece o que é” (UDC, 2012). Ana Maria em sua introdução à obra, diz que “*Um Defeito de Cor* é fruto da serendipidade” (UDC, 2012, p. 10). Termo que segundo a autora, significa encontrar algo quando se está procurando outro. Como ela

mesma narra, em janeiro de 2001, cansada de sua profissão e desejando experimentar algo novo, entrou numa livraria em busca de guias de viagem e por acaso eles caíram da prateleira e apenas um ficou em suas mãos: “*Era Bahia de Todos os Santos – Guia de Ruas e Mistérios*, de Jorge Amado. Foi aí que aconteceu a primeira serendipidade”. Ao ler o prólogo “E quando a viola gemer nas mãos do seresteiro na rua trepidante da cidade mais agitada, não tenhas, moça, um minuto de indecisão. Atende ao chamado e vem. A Bahia te espera para sua festa cotidiana” (UDC, 2012, p. 10). Ana Maria não teve dúvidas, aquelas palavras parecem que lhe foram direcionadas. Bahia passou a ser o seu alvo. Começou a pesquisar sobre sua história e em especial sobre a nação malê. Após um ano de pesquisas e estudo, acontece outra serendipidade quando Ana Maria passando uns dias na Ilha de Itaparica, em visita à igreja, encontrou uma menina que disse adorar fotografias. Certo tempo depois, ao retornar à Ilha, procurou a menina para entregar as fotos e se deparou com papéis antigos que seu irmão usava para desenhar. A mãe explicou que o novo padre dera uma faxina na sacristia e mandou que ela se desfizesse de tudo que estava guardado em um quartinho nos fundos da casa paroquial, então ela trouxe pra casa e deu para o filho menor desenhar nas costas. Como a própria Ana diz: “Virando um dos papéis, amarelado pelo tempo e que deixava vaziar a escrita caneta-tinteiro para o lado dos desenhos, percebi que parecia um documento escrito em português antigo”. (UDC, 2012, p. 16). De posse daqueles documentos antigos, Ana sentiu ter encontrado um verdadeiro tesouro. E foi nesses manuscritos que ela encontrou a história dessa mulher, que se subtende nas entrelinhas, seja a Luísa, mãe de Luís Gonzaga Pinto da Gama, que aos dez anos foi vendido como escravo.

Conceição Evaristo nasceu em 1946, em Belo Horizonte. De origem pobre, passou sua infância numa favela num barraco apertado, compartilhando o mesmo espaço com nove irmãos até que foram obrigados a se removerem, devido a obras do governo estadual. A mãe, apesar de pouco ter frequentado a escola, se preocupava com a educação de todos os filhos. Conceição Evaristo terminou o curso normal com 25 anos. Trabalhava como doméstica para as mais tradicionais famílias de Belo Horizonte, sem perspectiva de continuar os estudos, somava-se a isso o preconceito e o próprio desencorajamento da sociedade burguesa. Conceição Evaristo consegue com muito esforço e dedicação ir ao Rio de Janeiro, onde realiza prova de concurso público, para ingressar no magistério e passa, vindo a tornar-se discente do curso de letras, devido a sua paixão pela literatura, pois sempre fora leitora árdua de Jorge Amado, Jo-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

sé Lins do rego, Guimarães Rosa, Drummond e, principalmente, Carolina Maria de Jesus, autora com a qual sempre é comparada, devido às origens. Estas e tantas outras influências subsidiaram-lhe o exercício literário, principalmente no que condiz sobre a literatura como arma de lutas sociais. O ano de 1980 marca uma série de movimentos sociais que reivindicavam melhor tratamento aos afrodescendentes, assim como uma tentativa de revitalizar a cultura/costumes. Em São Paulo, Conceição Evaristo participa com contribuições literárias da série *Cadernos Negros*. Em 1990, época do 13º número da revista ocorre a publicação do poema "Vozes-mulheres", considerado um manifesto da voz e memorialista (Becos da Memória). Ao observar a dedicatória da obra "Este livro é de uma de minhas irmãs, a mais velha. A que talvez nunca irá lê-lo, pois há anos que Maria Inês se assemelha a *Ponciá Vicêncio*, e se guarda em seu mundo" (PV, p. 5) percebe-se que Conceição Evaristo se inspirou em vivências que presenciou e/ou participou.

As autoras escrevem ficção, mas inspiradas em fatos reais, portanto dá para entender um pouco da história do e sobre o negro e seu papel social ao conhecer ambas as obras.

4. *Ponciá Vicêncio*

A história de Ponciá tem início na Vila Vicêncio, local onde os negros descendentes dos escravos do Coronel Vicêncio se estabeleceram após o fim da escravidão. Ela não se conforma com a vida que levava, ansiava por oportunidades melhores, queria algo mais para si. O simples ressoar de seu nome lhe dizia que ela era uma escrava. Ela queria ter uma identidade própria. Por isso quando os padres missionários apareceram na Vila se oferecendo para alfabetizar quem desejasse, ela logo se interessou, pois viu nos estudos uma ferramenta para mudar de vida, "Ponciá Vicêncio obteve o consentimento da mãe. Quem sabe a menina um dia sairia da roça e iria para a cidade. Então, carecia de aprender a ler" (PV, 2003, p. 28). Ponciá Vicêncio saiu de sua terra, lugar onde estava estigmatizada pelo estereótipo de filha de escravos do coronel Vicêncio. Ela girava em torno de si mesma, de suas vivências e retornava ao início. Esse ir e vir, e também esse ficar fora do tempo, num entretempo, se dá em virtude do sentimento de perdição, mas não somente, também da tentativa do encontro consigo mesma e com o outro de si. Ponciá vivia, o que Frantz Fanon (2008) explica como sendo um conflito de identidade, por

não possuir um passado do qual se orgulhasse, pode-se ver isso neste fragmento:

Quando mais nova, sonhara até um outro nome para si. Não gostava daquele que lhe deram. Menina tinha o hábito de ir à beira do rio e lá, se mirando nas águas, gritava o próprio nome: Ponciá Vicêncio! Ponciá Vicêncio! Sentia-se como se estivesse chamando outra pessoa. Não ouvia o seu nome responder dentro de si. Inventava outros. Panda, Malenga, Quietí, nenhum lhe pertencia também. Ela, inominada, tremendo de medo, temia a brincadeira, mas insistia. A cabeça rodava no vazio, ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém. (PV, 2003, p. 19)

A busca por uma identidade persegue a protagonista durante toda sua existência. Segundo Lídia Maria Nazaré Alves (2009), ao analisar personagens “Pequena flor” de Clarice Lispector e “Pedro vermelho” de Frantz Kafka,

a palavra instrumental, para fins de comunicação, já não apresenta mais a possibilidade de trazer o objeto nomeado à luz, como ocorreu num primeiro estágio desta nomeação. Pelo contrário, o uso habitual desta palavra sobrecarrega o que com ela foi nomeado. Tanto “Pequena Flor” quanto “Pedro Vermelho” são achatados pelos nomes que receberam para serem divulgados, porque seus nomes já possuem um sentido a priori. (ALVES, 2009, p. 15)

Foi esta a descoberta de Ponciá: seu nome já estava estigmatizado. Vicêncio era o nome do coronel, dono de seus antepassados, ou seja, seu nome significava: Ponciá era propriedade do Coronel Vicêncio. Ela então descobre que enquanto permanecesse na Vila Vicêncio, seria escrava. Por isso vai para a cidade grande na esperança de encontrar uma oportunidade para construir uma história diferente dos seus irmãos da Vila, que continuavam servindo aos descendentes do Coronel Vicêncio a troco de teto e pão. Ponciá vivencia um vazio existencial. A necessidade da busca justifica-se porque como esclarece Frantz Fanon “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON 2008, p. 30). Na cidade, Ponciá descobre que não importava o lugar, estava condenada à exclusão e marginalidade pela sua cor, o que confirma a fala de Júlia da Motta Salles Carvalho Lopes (1988) ao afirmar que uma das raízes do preconceito racial no Brasil é o fato de que aqui, a escravidão foi associada à cor negra.

No Brasil o negro sofre dupla discriminação – econômica e racial. Econômica porque, pertencendo em maioria às camadas mais baixas da população, fica excluído, junto com todos os outros indivíduos nas mesmas condições, do direito à alimentação, habitação, saúde, higiene e educação escolar dignas do ser humano. Racial, porque a sua aparência externa é vista como símbolo de uma série de valores negativos e, por isso, operam entre nós, me-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

canismos que impedem ou dificultam sua integração à sociedade (LOPES, 1988).

A única oportunidade que Ponciá encontra é um emprego de doméstica, no qual o salário não lhe dá condições de sonhar com alguma mudança. O seu lugar já estava designado pela sociedade e ela não teve forças para mudar sua realidade. Ela confirma mais uma vez o que Júlia da Motta Salles Carvalho Lopes diz:

E foi assim – estigmatizado pela aparência, analfabeto, desprezado profissionalmente, sem terra, sem capital, só tendo condições de sobreviver se trabalhando a serviço dos brancos – que o negro entrou para a condição de homem livre e incorporou-se às camadas mais pobres da nossa sociedade. Saiu da senzala para cair na marginalidade (LOPES, 1988).

Depois de muitos anos de luta, Ponciá conquistou um barraco no morro, sem conforto, sem utensílios domésticos e um marido violento. Ponciá, cada vez mais frustrada com a vida sem sentido que levava, despidida de seus sonhos, esperanças e ilusões, se entrega às recordações do passado, como o dissemos, torna-se apática, ausente de si mesma, perdida, sem forças para viver. Pode-se perceber isso no trecho abaixo:

Toda noite ela contemplava o desleixo da casa, a falta de asseio que lhe incomodava tanto, mas faltava-lhe coragem para mudar aquela ambiência [...] O que acontecera com ela? Teria morrido? Precisava levantar algumas histórias do passado. Mas como? (PV, 2003).

Ponciá se descobre só, mesmo casada, pois ela e o marido não viveram a alegria do encontro, ambos viviam cada qual na solidão de seu próprio mundo. Ponciá se prende às lembranças das reminiscências de um passado escravocrata. Tinha consciência de que apesar da abolição, ela continuava escrava. O tempo e as desilusões lhe roubaram a alegria de viver, pois tinha certeza de que nunca chegaria a lugar algum. Esta constatação a conduziu à total apatia. Até o seu marido, que antes era violento, percebeu seu desalento:

Desde então, ao perceber a solidão da companheira e a sua própria, o homem viu na mulher o seu semelhante tomou-se de uma ternura intensa por ela [...]. Pouco a pouco, mais e mais, Ponciá se adentrava num mundo só dela, onde o outro, cá de fora, por mais que gostasse dela, encontrava uma intransponível porta. (PV, 2003)

Frantz Fanon explica isso muito bem quando diz ser

duro investigar sobre a realidade. Mas quando alguém mete na cabeça que quer exprimir a existência, arrisca não encontrar senão o inexistente [...] na verdade, na verdade vos digo, meus ombros se esquivaram da estrutura do mundo, meus pés não sentem mais a carfícia do solo. Sem passado negro, sem

futuro negro, era impossível viver minha negridão [...] Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. (FANON, 2008, p. 124).

Ponciá experimentou um sentimento de não existir para si, nem para outro, a vida lhe negou o direito de construir sua alteridade na relação com o outro. O outro se fechou para as relações, o branco por considerar o negro um ser inferior, o negro por não possuir uma identidade própria, estava incapacitado de se relacionar de forma saudável. Ponciá então se encontra no início de tudo, no rio, onde viveu sua infância

Naquela época Ponciá Vicêncio gostava de ser menina. Gostava de ser ela própria. Gostava de tudo. Gostava. Gostava da roça, do rio que corria entre as pedras, gostava dos pés de pequi, dos pés de coco-de-catarro, das canas e do milharal. Divertia-se brincando, com as bonecas de milho ainda no pé. Elas eram altas e, quando dava o vento, dançavam. Ponciá corria e brincava entre elas. O tempo corria também. [...] Lá fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais. Se guardaria nas águas do rio. (PV, 2003, p. 128).

As palavras de Lídia Maria Nazaré Alves (2009) trazem luz ao nosso entendimento sobre o que aconteceu com Ponciá, ao dizer que

através da repetição convertida em estereótipo, ideologias arbitrárias estão se convertendo em verdades tão sólidas que torna difícil mesmo questioná-las [...] A marginalização resultante de tais procedimentos pode ser irreversível (ALVES, 2009, p. 20).

5. *Kehinde*

A história de Kehinde começa em Daomé, na África, onde ela vive com a mãe, a avó, seu irmão Kokumo e sua irmã gêmea Taiwo. Guerreiros do rei Adandozan invadem sua casa, acusam a avó de ser bruxa, estupram e matam sua mãe e seu irmão. A menina, a irmã gêmea e a avó são capturadas e trazidas para o Brasil como escravas. Apenas Kehinde sobrevive à viagem. E aos oito anos é vendida no mercado como uma mercadoria para o senhor José Gama.

Os brancos entravam, olhavam ao redor e apontavam os pretos pelos quais se interessavam. Então, um dos empregados se aproximava dos pretos e batia em seus ombros com uma vara ou gritava de longe para que eles se aproximassem, caso já entendessem o português. Não importando se era homem, mulher ou criança, o comprador apalpava-lhes todo o corpo e os fazia erguer os braços e mostrar as plantas dos pés[...] O empregado do armazém batia com um chicote em suas pernas e eles tinham que pular, para ver se reagiam rápido, e depois tinham que abrir a boca e mostrar os dentes, para então gritar o mais alto que podiam. (UDC, 2012, p. 71)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Kehinde recebe o nome cristão de Luísa e tem que ser batizada assim que desce em solo brasileiro. Pois os portugueses julgavam estar fazendo um bem ao africano ao lhe proporcionar a conversão ao cristianismo. Como afirma Frantz Fanon “Todas as formas de exploração se parecem. Todas elas procuram sua necessidade em algum decreto bíblico” (FANON, 2008, p. 87). O interesse que estava em jogo era a necessidade de mão de obra para o enriquecimento dos europeus. Kehinde rejeitou o batismo católico, conseguiu se esconder, mas não se livrou do nome cristão. Como ela mesma explica:

para os brancos fiquei sendo Luísa Gama, mas sempre me considerei Kehinde. O nome que minha mãe e minha avó me deram e que era reconhecido pelos voduns, por Nanã, por Xangô, por oxum, pelos Ibêjis e principalmente pela Taiwo. Mesmo quando adotei o nome de Luísa por ser conveniente, era como Kehinde que eu me apresentava ao sagrado e ao secreto [...]. Enquanto comia, com gosto e com fome, ela me olhava com pena e carinho, e quando devolvi o copo vazio, falou em iorubá que eu tinha que aprender logo o português, pois o sinhô José Carlos não permitia que se falassem línguas de pretos em suas terras. (UDC, 2012, p. 73,74)

Os africanos eram proibidos de falar em seus dialetos, tinham que aprender a língua portuguesa quase que instantaneamente. As palavras de Lídia Maria Nazaré Alves (2009) explicam muito bem isso quando ela reflete sobre:

a violência simbólica que cimentou a ideologia do colonizador europeu no mundo. [...] cria-se e inculca-se um desejo aparentemente inocente: o conhecimento de Deus, para, em seguida, dar-se o golpe de misericórdia: a imposição da língua a partir da qual será organizado e/ou reorganizado e veiculado os bens culturais do colonizador. Dupla transgressão porque, no tocante ao código linguístico, os elementos autóctones já tinham sido nomeados, ou seja, a função adâmica do homem já se efetivara e, uma vez criado, mantinha-se em estado de natureza selvagem. (ALVES, 2009, p. 17)

Durante o período que serviu de dama de companhia à sinhazinha, Kehinde aprendeu a ler e escrever com o negro Fatumbi, um muçulmano que foi contratado para ser professor da menina. Ela vê na leitura um instrumento que poderia lhe ser útil na conquista de sua liberdade. Aos doze anos Kehinde tornou-se alvo de seu dono, outro costume dos brancos era o direito sobre o corpo de suas escravas, como a própria relata:

Quando me encontrou sozinha, disse que era para eu me comportar, pois já estava reservada, que tinham me levado para a casa grande exatamente para eu não me deitar com os pretos antes de servir ao meu dono, e que eu deveria ser muito grata por isso. (UDC, 2012, p. 159)

Kehinde é estuprada e deste ato nasce seu primeiro filho que ela chama de Banjokô. Ao consultar os espíritos ela descobre que ele é um abiku, criança destinada a morrer antes de completar sete anos. Para impedir tal fato ela precisa realizar vários rituais para protegê-lo dos espíritos dos abikus que o queriam de volta ao mundo dos mortos. Mesmo assim antes de completar os sete anos o menino cai acidentalmente sobre uma faca que lhe atinge o coração e ele morre. Kehinde foi alugada para uma família de ingleses e aproveitou para aprender não só a língua, mas também a cultura inglesa, que mais tarde lhe foi muito útil como meio de sobrevivência. Ela fez o que Frantz Fanon explica: “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34). Kehinde foi assimilando o jeito de viver dos brancos e se apossando de seus saberes, pois esta era a melhor forma de sobreviver num mundo onde os brancos reinavam. Cedo, cedo ela compreendeu que “ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (FANON, 2008, p.60). O seu segundo filho também foi de um português, só que este era fruto de um relacionamento amoroso que durou muitos anos. Seu nome era Alberto, com medo da reação dele Kehinde abortou a criança, mas depois passou a confiar nele e engravidou novamente. Ela relata a alegria de Alberto com o filho:

Perguntei à Esméria se o Banjokô já tinha ido para a cama e ela saiu para ver, me deixando sozinha com a criança e o Alberto, que depois de olhar para nós dois na cama, com lágrimas nos olhos disse que aquela era a noite mais feliz da vida dele, e que eu era a responsável. (UDC, 2012, p. 400)

Kehinde deu ao filho o nome africano de Omotunde Adeleke Danbiran (UDC, 202, 404), mas Alberto insistiu em dar o nome branco de Luiz. (UDC, p. 401). No mundo dos espíritos era o nome africano que valia e os rituais garantiam a proteção do menino, mas este não era abiku.

Até este momento Kehinde está próxima à sua origem africana, aos seus deuses e à sua fé. Rejeita de todas as formas a religião dos brancos, não quer perder sua identidade primeira. Lídia Maria Nazaré Alves (2009) explica este processo:

Essa presença insistente, evidenciada mais na oralidade é o eco daquela língua original do autóctone, que veio se perdendo ao longo do processo de colonização. Lutar para fazê-lo surgir em nossa linguagem, tanto através do texto literário quanto através do texto crítico é uma forma de fazer justiça aos nossos antepassados e presentear a posteridade com uma linguagem “mestiça”, que viabiliza sempre a capacidade de “pensar o pensamento”. (ALVES, 2009, p. 21)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

De alguma forma Kehinde queria manter um contato com sua origem, com sua religiosidade africana que a mantinha em contato com os mortos. Ela tinha um compromisso com a avó e com sua irmã gêmea Taiwo, que tiveram seus corpos lançados ao mar, mas estavam sempre presentes em seus sonhos lhe dando avisos e direcionando suas ações. Aos poucos, Kehinde vai se afastando de sua origem e se adaptando cada vez mais ao estilo de vida dos brancos. As palavras de Frantz Fanon se confirmam:

Para ele (o negro) só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Donde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego. Como dizíamos há pouco, é pelo seu interior que o negro vai tentar alcançar o santuário branco. A atitude revela a intenção. (FANON, 2008, p. 60)

Aos poucos, essa verdade se cumpre na vida de Kehinde, por meio de seus dons e talentos ela vai adquirindo poder aquisitivo, vai driblando e conquistando a confiança dos brancos. Vive um tempo feliz ao lado de Alberto, mas depois descobre que ele é um fraco. Não foi capaz de assumi-la como sua mulher, preferiu deixá-la e se casar com uma branca para obter permissão para continuar no Brasil. Com a revolta dos maleses, da qual Kehinde participou ativamente, os africanos que não foram mortos, foram expulsos da Bahia. Neste período Kehinde teve que se esconder por um tempo, deixando seu filho aos cuidados dos amigos e do pai. Enquanto estava fora, para saldar suas dívidas, Alberto pega o filho e o vende como escravo. Quando ela descobre, já é tarde demais e passa o resto de sua vida a procurá-lo. Após várias tentativas de busca frustradas, aos 37 anos volta para a África, mas deixa pessoas responsáveis por continuar pela busca do filho, para isto investe muito dinheiro. No navio conhece John, um negro nascido livre em Serra Leoa, com o qual ela conversava em inglês, casam-se e constroem um verdadeiro império com o tráfico de armas. Já em sua terra natal Kehinde se descobre brasileira. Pode-se perceber isso em seu relato:

Aos poucos fui conhecendo Uidá e ficando cada vez com mais e mais saudades da Bahia e de São Sebastião [...]. Quando os africanos chamavam os brasileiros de escravos ou traidores, dizendo que tinham se vendido para os brancos e tornado um deles, os brasileiros chamavam os africanos de selvagens, de brutos, de atrasados e pagãos. Eu também pensava assim, estava do lado dos brasileiros, [...] Eu tinha vontade de ensinar a eles a maneira como vivíamos, como nos vestíamos, como cuidávamos das nossas casas, como comíamos com talheres, como nos vestíamos, e até mesmo ensinar a ler e a escrever, que eu achava importante. (UDC, 2012, p. 756)

Kehinde tem ibêjis, isto é, filhos gêmeos e lhes coloca nomes brasileiros. Como ela mesma explica:

Mas eu não queria dar nomes africanos aos meus filhos, pois gostava mais dos nomes brasileiros [...]. Isso também contradizia o que eu pensava antes [...] Mas naquele momento [...] um nome brasileiro seria muito mais valioso para meus filhos. Eu também pensava em voltar para o Brasil, e os nomes facilitariam a vida deles, não seriam tão diferentes, apesar de nascidos em África. (UDC, 2012, p. 766)

João e Maria Clara são seus filhos africanos. Kehinde quer transformar a África em um pedaço do Brasil, torna-se católica e ajuda na propagação do catolicismo, na construção de catedrais, na instituição das festas típicas da Bahia em solo africano, dentre elas do senhor do Bonfim. Batiza seus dois filhos, torna-se branca e muito respeitada. Em África todos que tinham costumes dos brancos eram considerados brancos. Depois que John morre ela decide tornar-se uma mulher virtuosa e não busca mais amores. Ela se orgulha de ser brasileira. “Apesar de ter nascido em África, eu também era considerada brasileira” (UDC, 2012, p. 789). Para concretizar tal fato ela passa a assumir o nome de Luísa Andrade da Silva, mais conhecida como “a dona Luísa, como todos passaram a me chamar em África, alguns também me chamavam de sinhá Luísa”. (UDC, 2012, p. 789)

Pode-se perceber aqui a fala de Frantz Fanon: “Todo mundo já o disse, para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco”. (FANON, 2008, p. 93). Ao tornar-se brasileira Kehinde constrói sua alteridade com o branco, mas longe do branco, ela só consegue ser reconhecida como branca em meio aos seus irmãos negros.

Franz Fanon (2008) diz que:

Na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade. (FANON, 2008, p. 94)

Kehinde consegue, com seu dinheiro, o reconhecimento de alguns brancos que a conhecem, mas não são todos. Na verdade, o que eles reconhecem é sua fortuna. Seu sonho de consumo é uma casa à moda da Bahia. Ela demora anos, mas constrói uma casa nos mesmos moldes dos sobrados da Bahia e com materiais importados do Brasil. Os ricos da

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

África querem uma casa igual à sua. Então ela abre a Empresa Casas da Bahia e torna-se praticamente milionária. Seus filhos vão estudar na França, a menina torna-se professora e abre sua própria escola. O filho só estuda para satisfazê-la, mas seu desejo mesmo é ser fazendeiro e é o que ele se torna. Aos 80 anos de idade Kehinde descobre uma correspondência que não tinha sido aberta por algum motivo, na qual dizia que seu filho fora encontrado, era advogado e estava muito bem. Na carta havia o endereço. Ela então decide voltar ao Brasil para abraçar o filho antes de morrer, o que pretende fazer em solo brasileiro, seu último desejo. Na viagem escreve sua biografia, pois imagina não ter mais tempo de contar tudo ao filho.

6. *Considerações finais*

Apesar de as duas personagens serem mulheres, negras, estigmatizadas, tiveram destinos tão opostos, mas não foi por culpa ou mérito delas mesmas. Pelo contrário, ambas tiveram seus destinos influenciados e/ou determinados pelo sistema social que lhes negou a autonomia do ser. O instinto de sobrevivência direcionou as ações de Kehinde. O desejo de liberdade de Ponciá não nasceu dela mesma, mas de seus antepassados que continuam vivendo através dela. Nós somos a continuidade daqueles que nos precederam, por isso precisamos honrá-los com nossas escolhas. Frantz Fanon (2008) também explica muito bem o título *Um Defeito de Cor*,

Um estropiado da guerra do Pacífico disse a meu irmão: “Aceite a sua cor como eu aceito o meu cotoco; somos dois acidentados. Apesar de tudo recuso com todas as minhas forças esta amputação. Sinto-me uma alma tão vasta quanto o mundo, verdadeiramente uma alma profunda como os mais profundos dos rios, meu peito tendo uma potência de expansão infinita. Eu sou dádiva, mas me recomendam a humildade dos enfermos... Ontem, abrindo os olhos ao mundo, vi o céu se contorcer de lado a lado. Quis me levantar, mas um silêncio sem vísceras atirou sobre mim suas asas paralisadas. Irresponsável, a cavalo entre o Nada e o Infinito, comecei a chorar. (FANON, 2008, p. 126)

Silva e Laranjeira afirmam que

A sociedade brasileira ainda não conseguiu ver o negro como pessoa com igualdade de direitos e deveres. É como se existissem cidadãos de primeira e cidadãos de segunda categoria colocando-se esta população negra na segunda categoria. (SILVA & LARANJEIRA, 2007, p. 132)

Segundo os autores há uma ideologia predominante na sociedade que coloca o negro como o responsável por sua situação “é como se o

próprio indivíduo fosse responsável pela situação em que se encontrava porque não havia se adaptado à sociedade moderna que emergia” (SILVA & LARANJEIRA, 2007). Ou seja, a sociedade impõe ao negro uma situação de opressão e ainda o responsabiliza pela mesma. Fazem-se necessárias atitudes que promovam uma metanoia em todos: brancos, pretos, amarelos, mestiços. A cor não deve ser vista como um defeito, mas sim como uma dádiva da diversidade promovida pelo criador. E essa mudança começa na mente, na formação do caráter, na infância. Aqui se compreende o papel da educação nesse processo de reversão e das políticas de ação afirmativa. Como dizem Silva e Laranjeira, “vê-se que elas representam uma tímida resposta ao tão grave problema da falta de oportunidades para um segmento da população brasileira, sem contar a discriminação racial”. (SILVA & LARANJEIRA, 2007, p. 136). As obras *Um Defeito de Cor* e *Ponciá Vicêncio*, buscam através de suas personagens chamar a atenção para a pessoa do negro e a construção de sua identidade no contexto da sociedade brasileira. Devem servir de luz na procura de estratégias que revertam esta situação de exclusão que já perdura por muito tempo. Apesar de tão distantes no tempo o problema persiste até os dias atuais. É possível concluir que a trajetória das personagens expressa a luta pela libertação do estereótipo que lhe foram impostos pelo colonizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lídia Maria Nazaré. *Clarice Lispector e Franz Kafka em cena: Não tomar seu santo nome em vão*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras – UFF. Niterói. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 05-05-2016.

AUAD, Daniela. Educação para a democracia e coeducação: apontamentos a partir da categoria gênero. *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 136-143, dez./fev. 2002-2003.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. Rev. da trad.: Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Jornal Zero Hora/Klick, 1997.

BÍBLIA Sagrada. 158. ed. rev. por Frei José Pedreira de Castro. São Paulo: Ave-Maria, 2003.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

_____. *Becos da memória*. Florianópolis: Mulheres, 2013.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LOPES, Júlia da Motta Salles Carvalho. *Preto no branco: em busca das raízes do preconceito contra o negro no Brasil*. Belo Horizonte: Colégio Marista Dom Silvério, 1988.

MAGALHÃES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

NICOLA, José de. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1998.

REVLET – Revista Virtual de Letras, vol. 03, n. 02, ago./dez. 2011.